

Prefeitura Municipal
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Acesse em: <https://epec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e5e3ae3-889c-4414-b519-5c1211d37488

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



BFI
2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e5e3ae3-889c-441d-b5f9-5c1211d37488



BFI
2021

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



APRESENTAÇÃO

O Balancete Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2021, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153/2021.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Estadual nº 49.959 de 16 de dezembro de 2020, Decreto Estadual nº 50.900 de 25 de junho de 2021, Decreto Estadual nº 51.488, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício de 2021 foi de R\$ 2.845.661,41 (superavitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

João Francisco da Silva Neto
Prefeito



Alison Antônio da Costa
Contador
CRC Nº 027672/O-1



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e5e3ae3-889c-441d-b5f9-5c1211d37488

BFI

2021

Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



Prefeitura Municipal do Bom Jardim

Praça 19 de Julho, SN - Centro - 55.730-000 - Bom Jardim/ PE
CNPJ: 10.293.074/0001-17 Fone: 36381156 contato@bomjardim.pe.gov.br



Usuário: **Matteus Vitor**

Chave de Autenticação
1457-5907-111

Página
1 / 1

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) (NOTA 1)	79.823.629,82	71.486.407,02	Despesa orçamentária (VI) (NOTA 5)	61.546.325,61	61.260.264,28
Ordinária	55.107.790,57	40.878.026,51	Ordinária	27.853.860,30	25.678.861,24
Vinculada	34.673.652,99	30.608.380,51	Vinculada	33.692.465,31	35.581.403,04
Recursos vinculados à educação	31.991.378,23	27.001.985,76	Recursos vinculados à educação	32.051.736,51	29.554.233,35
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	2.682.274,76	3.606.394,75	Outras destinações de recursos	1.640.728,80	6.027.169,69
(-) Deduções da receita	9.957.813,74	0,00			
Ordinária	9.318.743,58	0,00			
Vinculada	639.070,16	0,00			
Recursos vinculados à educação	639.070,16				
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
Transferências financeiras recebidas (II) (NOTA 2)	2.904,80	261.425,00	Transferências financeiras concedidas (VII) (NOTA 6)	19.476.030,16	14.662.051,71
Para execução orçamentária	2.904,80	261.425,00	Para execução orçamentária	19.476.030,16	14.662.051,71
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (NOTA 3)	11.810.539,60	8.038.829,03	Pagamentos extraorçamentários (VIII) (NOTA 7)	7.769.057,04	6.157.643,15
Inscrição de restos a pagar processados	2.582.482,19	2.641.112,75	Pagamento de restos a pagar processados	1.872.647,78	1.307.102,33
Inscrição de restos a pagar não processados	3.738.423,25	1.397.805,06	Pagamento de restos a pagar não processados	155.299,70	810.576,95
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.489.634,16	3.999.911,22	Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.383.991,97	4.039.963,87
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários	357.117,59	
Saldo em espécie do exercício anterior (IV) (NOTA 4)	2.766.753,12	5.060.051,21	Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) (NOTA 8)	5.612.414,53	2.766.753,12
Caixa e equivalentes de caixa	2.766.753,12	5.060.051,21	Caixa e equivalentes de caixa	5.612.414,53	2.766.753,12
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	94.403.827,34	84.846.712,26	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	94.403.827,34	84.846.712,26

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

João Francisco da Silva Neto
Prefeito

Alison Antonio da Costa
Contador
CRC Nº 027672/O-1

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Acesse em: <https://eicf.ce:pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e53ae3-889e-441d-b5f9-5c1211d37488



BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Bom Jardim
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. CNPJ: 10.293.074/0001-17.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Praça 19 de julho, nº SN – Bairro: Centro – Cidade: Bom jardim – Pernambuco – CEP: 55.370-000.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Bom Jardim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 – Município possui como atividade principal Administração pública em geral. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de administração. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal do Bom Jardim

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.▪ As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.▪ Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Asses em: https://tce.pe.gov.br/pepp/entidade/pec/sem/Codigo-do-documento-553ace3-889c-441d-b5f9-5c1211d37488

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI.
A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Asses em: https://eccc.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?Codigo_documento=553ae3-889c-441d-95f9-5e2211d37488

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) (NOTA 1)	79.823.629,82	71.486.407,02
Ordinária	55.107.790,57	40.878.026,51
Vinculada	34.673.652,99	30.608.380,51
Recursos vinculados à educação	31.991.378,23	27.001.985,76
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	2.682.274,76	3.606.394,75
(-) Deduções da receita	9.957.813,74	0,00
Ordinária	9.318.743,58	0,00
Vinculada	639.070,16	0,00
Recursos vinculados à educação	639.070,16	
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
Transferências financeiras recebidas (II) (NOTA 2)	2.904,80	261.425,00
Para execução orçamentária	2.904,80	261.425,00
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (NOTA 3)	11.810.539,60	8.038.829,03
Inscrição de restos a pagar processados	2.582.482,19	2.641.112,75
Inscrição de restos a pagar não processados	3.738.423,25	1.397.805,06
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.489.634,16	3.999.911,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Saldo em espécie do exercício anterior (IV) (NOTA 4)	2.766.753,12	5.060.051,21
Caixa e equivalentes de caixa	2.766.753,12	5.060.051,21
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	94.403.827,34	84.846.712,26

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 79.823.629,82.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 2.904,80 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 11.810.539,60.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 2.766.753,12, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias.

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Assine em: https://eccc.tce-pe.gov.br/cp/validaDoc.shtm Código do documento: c5c3ace3-889e-441d-b5f9-5e1211d37488

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
 Assinse em: https://eccc.tce-pe.gov.br/cripp/validarDoc.shtm Código do documento: c5c3ace3-889c-441d-b5f9-5e1211d37488

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa orçamentária (VI) (NOTA 5)	61.546.325,61	61.260.264,28
Ordinária	27.853.860,30	25.678.861,24
Vinculada	33.692.465,31	35.581.403,04
Recursos vinculados à educação	32.051.736,51	29.554.233,35
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	1.640.728,80	6.027.169,69
Transferências financeiras concedidas (VII) (NOTA 6)	19.476.030,16	14.662.051,71
Para execução orçamentária	19.476.030,16	14.662.051,71
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Pagamentos extraorçamentários (VIII) (NOTA 7)	7.769.057,04	6.157.643,15
Pagamento de restos a pagar processados	1.872.647,78	1.307.102,33
Pagamento de restos a pagar não processados	155.299,70	810.576,95
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.383.991,97	4.039.963,87
Outros Pagamentos Extraorçamentários	357.117,59	
Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) (NOTA 8)	5.612.414,53	2.766.753,12
Caixa e equivalentes de caixa	5.612.414,53	2.766.753,12
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	94.403.827,34	84.846.712,26

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 61.546.325,61.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 19.476.030,16.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 7.769.057,04.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 5.612.414,53. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foi de R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:
 Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Transferências financeiras recebidas (II) (NOTA 2)	2.904,80	261.425,00	Transferências financeiras concedidas (VII) (NOTA 6)	19.476.030,16	14.662.051,71
Para execução orçamentária	2.904,80	261.425,00	Para execução orçamentária	19.476.030,16	14.662.051,71
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	7.058.240,05	0,00
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	1.877,82	0,00
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	1.986.971,80	0,00
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	264.170,05	0,00
1.7.2.2.01.04.00 IPI	7.483,86	0,00
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	0,00
Total	9.318.743,58	0,00

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 46.593.713,82, enquanto as deduções somam R\$ 9.318.743,58, representando o valor líquido de R\$ 37.274.970,24.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais órgãos da administração direta e indireta):

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
 Asses em: https://stc.tcepe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDocumento: e5e3aee3-889c-441d1b519-5cd211d37488

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
 Asses em: https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: e5e3ae3-889c-441d-b519-5c1211d37488

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			

BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
 Asses em: https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: e5e3ae3-889c-441d-b519-5c1211d37488

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

João Francisco da Silva Neto
Prefeito

Alison Antônio da Costa
Contador
CRC Nº 027672/O-1